

IMPORTÂNCIA DO FMI NA ESTABILIDADE DAS ECONOMIAS EMERGENTES

Edilson Biondi¹, Edson Aparecida Araújo Querido Oliveira²

- 1 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911-Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil – biondi.p@zipmail.com.br
2 – Professor Assistente Doutor, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911-Urbanova, 12244-000-São José dos Campos, SP- Brasil – Edson@vdr.cta.br

Palavras-chave: Taxa de Câmbio, Dívida, Juros.

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Resumo - Nos noticiários e mesmo nas ruas do País, ouve-se comentários sobre o Fundo Monetário Internacional. Muitos brasileiros estão contentes e aliviados por existir uma organização como o FMI para ajudar o Brasil e outros países em crise econômica. Outros acreditam que o Fundo é nada mais do que um banco internacional que se aproveita do Brasil, concedendo empréstimos a juros altos e impondo condições que normalmente atrapalham o crescimento econômico. Esse trabalho falará um pouco sobre a história do FMI. O objetivo desse trabalho é compreender porque o Brasil recorre ao Fundo para obter apoio financeiro, e analisar se a ajuda e as condições impostas pelo FMI são benéficas ou prejudiciais para nosso País.

Introdução

O desencadear da Grande Depressão de 1929-33 e da II Grande Guerra Mundial, trouxeram a um grande número de países um rol de sofrimentos até então nunca vistos na sua dimensão quer esta seja medida em termos humanos quer em termos geográficos. A crise econômica, em particular, tinha provocado um conjunto de medidas e de comportamentos por parte das autoridades econômicas dos países na época já mais industrializados que contribuirão para o crescente agravamento daquela crise em vez de serem remédios para ela. À cabeça deste comportamento deve-se citar o conhecido por "beggar-thy-neighbor" (empobrecer o vizinho). Este consistiu numa política cambial que tinha como única preocupação assegurar, na medida do possível, a continuação da exportação de parte da produção nacional como forma de amortecer a queda da conjuntura econômica do país.

Aquela política assentou, pois, na necessidade de assegurar a competitividade externa da economia e traduziu-se numa prática de desvalorização agressiva, na medida em que procurava "exportar" para

outros países o desemprego (daí a expressão inglesa acima referida), da moeda nacional.

Esta prática ajudou, como se disse, ao aprofundamento da crise e ao aparecimento das tensões entre os países que contribuíram para o estabelecimento do clima que levou a Segunda Grande Guerra Mundial.

Não se admira, pois, que do esforço feito no final desta para estabelecer o quadro geral de convivência entre os países tenha feito parte à procura do aparelho institucional que impedisse, pelo menos neste caso, a repetição da História (então) recente. Foi neste quadro que entre 1 e 22 de Julho de 1944 tinha a grande invasão libertadora da Europa começado há cerca de um mês e meio - se reuniram nos Estados Unidos, na estância de férias de Bretton Woods, no New Hampshire, os delegados de 44 países do campo aliado ou neutrais.

Nesta reunião o que estava em cima da mesa era a proposta, inspirada por Keynes o pai da "revolução keynesiana" iniciada com a publicação do seu livro de marca em 1936, para a criação, pela primeira vez na história, de uma organização permanente de caráter

supranacional que regulasse o sistema financeiro internacional. Este, que assim passaria a ser regulado (e vigiado) permanentemente e não apenas através de conferências convocadas a espaços, deveria encorajar a irrestrita convertibilidade das moedas dos vários países e eliminar as restrições e as práticas como as desvalorizações competitivas de antes da Guerra, que pusessem em causa o fluxo do comércio e do investimento internacionais. Este tinha sido um dos resultados daquelas desvalorizações, contribuindo para o agravar da Grande Depressão.

O resultado daquela reunião de Bretton Woods foi a criação não de uma mas sim de duas organizações supranacionais. Uma foi batizada com o nome de Fundo Monetário Internacional e tinha por função principal a que se referiu acima. à outra, batizada como o nome de Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, mais conhecido de todos como sendo o "Banco Mundial") foi atribuída a missão fundamental de ajudar a financiar o processo de reconstrução econômica dos países afetados pela Segunda Grande Guerra, principalmente os países europeus. Tinham nascido as "sisters in the Woods", na expressão feliz de um dos famosos "surveys" editados pelo "The Economist".

Na seqüência da Conferência de Bretton Woods e das regras então adaptadas para a constituição daquelas instituições internacionais, os Articles of Agreement que lhe deram vida entraram em vigor em 27 de Dezembro de 1945, quando se verificou a ratificação e conseqüente assinatura daqueles "Estatutos" por 29 países, correspondentes à subscrição de 80% do valor das quotas originalmente fixadas como sendo o "capital social" inicial do Fundo .

Em Março do ano seguinte (1946) foi realizada a primeira reunião do Board of Governors. Foi então fixada a cidade de Washington como sede para a nova instituição. Em 1 de Março de 1947 o Fundo, que hoje conta com 182 países membros, começou as suas operações, tendo o primeiro empréstimo sido concedido à França. Este fator permite recordar que na época a grande maioria dos países que hoje o constituem era

ainda colônia de uma potência européia. Assim, o Fundo nasceu principalmente por acordo entre os países europeus e da América, na sua maioria os mais industrializados de então. Este "pecado original" condicionou o tipo de operações a que o Fundo se dedicava e, mais importante, o principal objetivo operacional que ele prosseguia: exercer vigilância sobre o sistema financeiro internacional a fim de, graças ao sistema de taxas de câmbio fixas, garantir a estabilidade deste bem como dos fluxos de comércio e de investimentos internacionais. Como contrapartida e condição desta função estabilizador, previu-se a concessão de apoio financeiro, principalmente em divisas fortes, aos países que, apesar dos seus esforços, se vissem numa situação de desequilíbrio das contas externas que pusesse em risco a taxa de câmbio da sua moeda nacional.

O método de fixação desta foi definido no acordo e era comum a todos os membros: cada unidade de moeda nacional correspondia a um determinado peso em ouro. Por sua vez, os Estados Unidos garantiram que trocariam qualquer quantidade de dólares pelo seu equivalente em ouro à taxa de câmbio (fixa) de USD 35,00 por "onça troy".

Daqui resultava que ao fixarem um determinado valor em ouro para a sua moeda, os países estavam simultaneamente a fixar uma determinada taxa de câmbio em relação ao dólar americano. Como "duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si", estava encontrado um sistema de fixação das taxas de câmbio das moedas nacionais em relação às outras. Era nisto que consistia o regime de taxas de câmbio fixas.

Esta designação parece ainda mais apropriada se nos lembrarmos que a adesão a este sistema implicava que os países, para além de terem as reservas em ouro e divisas necessárias para assegurar a livre convertibilidade externa da moeda, o Banco Central obrigava-se a comprar ou vender qualquer quantidade de moeda que os agentes econômicos desejassem/necessitassem, se obrigavam a assegurar que aquela taxa não oscilaria para além de 1% em relação ao seu valor em ouro (e por isso em USD) comunicado ao Fundo.

Qualquer alteração para além desta margem estava dependente da anuência da instituição.

Esta regra permitiu que, apesar da "rigidez" do sistema, as taxas de câmbio de vários países tivessem sido alteradas ao longo da sua vigência, i.e., até 1971, quando os Estados Unidos, face ao enorme volume de dólares americanos circulando fora do país e ao nível das suas reservas, decidiu declarar o fim da livre convertibilidade entre a sua moeda e o ouro à taxa (ainda então fixa) de USD \$35,00/onça (1 onça troy = 31,103 gramas).

Note-se que este sistema funcionou relativamente bem enquanto o grosso das operações internacional dos países estava as associadas aos movimentos de mercadorias e ao investimento direto estrangeiro. Só quando os fluxos relacionados com a balança de capitais começaram a ganhar um volume muito significativo é que ele esboçou, em boa parte porque inadequado a este tipo de fluxos (grande volume e relativa instabilidade).

Dadas as regras estabelecidas e sintetizadas acima, pode-se dizer que um outro objetivo do sistema era o de "obrigar" a que a gestão macroeconômica dos países membros fosse correta, entenda-se "fosse no sentido de evitar excessivos desequilíbrios internos (desemprego, inflação) e externos (déficit mas também superávits)". De fato, se ela não se verificasse, isso refletir-se-ia imediatamente no volume de reservas externas e, por isso, na solidez da moeda nacional. Ora, tudo estava estabelecido no sentido de assegurar que os países com desequilíbrios que pusessem em causa a taxa de câmbio fixada fossem penalizados com perda de reservas. Terminado o regime de taxas de câmbio fixas, o FMI concordou em estabelecer um regime em que cada país membro define o valor da sua moeda em relação às demais segundo um de vários métodos possíveis: peg (indexação) em relação a uma outra moeda, por exemplo o USD ou o Franco francês (caso dos países africanos que utilizam o Franco CFA), flutuação livre (free float), flutuação administrada "managed" ou "dirty float" ou movimento intimamente relacionado com o de outra moeda. Hoje em dia a maioria de países (pouco mais de 50) utiliza o regime de taxa de câmbio flexível, seguindo-se em ordem de importância o regime de taxas administradas

(cerca de 45). Cerca de 40 países têm a sua moeda "pegged" a outra, seja o USD (uma vintena), o FF (cerca de uma dúzia) ou outra.

Principais funções

As principais funções que estão cometidas ao FMI pelos seus Estatutos e pelas orientações do seu Conselho de Governadores resultam do objetivo fundamental para que ele foi criado no final da II Grande Guerra: a supervisão do sistema financeiro internacional de modo a evitar crises graves da economia internacional, em geral, e nas economias dos seus países membros, em particular.

Para o conseguir o Fundo desempenha essencialmente funções de supervisão e acompanhamento das economias nacionais e internacional e de empréstimo de recursos financeiros aos países que necessitem de reequilibrar as suas economias, nomeadamente as suas contas com o exterior.

A supervisão das economias nacionais faz-se principalmente através da recolha sistemática de informações sobre essas economias e de visitas de técnicos aos países membros ao abrigo de disposições constantes do Artigo 4 dos Estatutos do Fundo. Estas visitas efetuam-se geralmente de dois em dois anos. No caso de países que recebem apoio financeiro do Fundo, elas são mais frequentes a fim de se acompanhar a execução dos programas económicos que acompanham tais empréstimos.

Aspectos organizativos

O essencial da atual estrutura organizativa do FMI vem do tempo da constituição deste, em 1945, e inclui o Conselho de Governadores, o Conselho Provisório, o Comitê para o Desenvolvimento, o Diretório Executivo, o Director-Gerente e o corpo de funcionários.

O Conselho de Governadores, o órgão máximo do Fundo, é constituído pelo conjunto dos representantes de cada país membro (normalmente dois por país, sendo a maioria Ministros das Finanças ou Governadores dos Bancos Centrais nacionais). Reúne-se, em regra, uma vez por ano (em Setembro ou Outubro). O Conselho Provisório é constituído

por 24 Governadores e reúne-se duas vezes por ano. É, no essencial, um órgão que representa o Conselho de Governadores no acompanhamento da atividade corrente do Fundo. O Comitê para o Desenvolvimento é igualmente constituído por 24 Governadores do Fundo ou do Banco Mundial, enquanto que o Conselho Provisório integra apenas elementos do Conselho de Governadores do Fundo, e acompanha os trabalhos do FMI que mais se relacionam com os países em desenvolvimento.

O Diretório Executivo, que reúne normalmente três vezes por semana na sede, em Washington, é o órgão coletivo de acompanhamento da atividade do dia-a-dia do Fundo. É composta por 24 diretores executivos nomeados pelos países com maior quota na instituição (nove) ou eleito por grupos de países associados por proximidade geográfica ou lingüística (quinze diretores). São funções fundamentais deste diretório, entre outras relativas à vida interna do Fundo, as relacionadas com a supervisão da política cambial dos países membros, a prestação de assistência financeira (incluindo a aprovação dos acordos de financiamento aos países) e a análise da evolução da economia internacional. O Director-Gerente, nomeado pelo diretório Executivo, é o responsável hierárquico máximo da instituição. Havendo uma regra não escrita de que deve ser um europeu, ao invés do Banco Mundial, em que a mesma regra determina que seja um norte-americano, estas funções foram desempenhadas desde 1987 por Michel Camdessus, da França. Em Março/2000 foi eleito para essas funções o alemão Horst Köhler, até então Presidente do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

O corpo de funcionários do FMI inclui cerca de 2200 pessoas, oriundas da maior parte dos países membros.

Aspectos financeiros

Recursos

Embora autorizado a contrair empréstimos se isso se mostrar essencial para assegurar o bom desempenho das suas funções, em que se destaca o empréstimo de "moedas fortes"

aos países com dificuldades em assegurar os seus pagamentos externos por falta de divisas apropriadas, os principais recursos financeiros do FMI são as quotas pagas pelos seus membros. Estas são determinadas através de uma fórmula em que os principais componentes são o PIB nacional e sua importância relativa no PIB mundial, as reservas oficiais em ouro e divisas e os rendimentos e pagamentos correntes internacionais do país.

A importância da determinação da quota de cada país deriva de dois aspectos fundamentais: primeiro, o de que, contrariamente ao que sucede com a esmagadora maioria das organizações especializadas do sistema das Nações Unidas, de que o Fundo faz parte, o princípio adaptado nas votações não é o de "um país, um voto" mas sim o de "um dólar, um voto". Daqui resulta que os países que têm maiores quotas são os que têm maior poder de influenciar as resoluções da instituição: o conjunto formado pelos Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, a França e o Reino Unido detêm 38,8% dos votos (e das quotas). O segundo fator que torna as quotas um elemento essencial é o de que elas determinam o montante de recursos financeiros do Fundo a que um país membro tem acesso. Isto deriva do fator de todas as "linhas de crédito" serem determinadas em percentagem das quotas. A soma das quotas dos países membros é hoje de cerca de 145 bilhões de Direitos de Saque Especiais (DSE), uma moeda escritural só utilizada nas operações entre Bancos Centrais ou entre estes e o Fundo. Este montante equivale à cerca de 210 bilhões de USD.

Aplicações

Em obediência aos seus "Articles of Agreement", os recursos financeiros do Fundo são utilizados principalmente para apoiar os seus membros que experimentem dificuldades com os pagamentos externos. Os empréstimos concedidos são, usualmente ao abrigo de uma das várias "linhas de crédito" criadas e cujas características principais são apresentadas abaixo.

Tranche de reservas

Em face de dificuldades de pagamentos externos, um país pode requerer ao FMI a utilização de uma verba equivalente a 25% da sua quota realizada em ouro e divisas. Esta tranche de reservas pode ser utilizada sem que o Fundo imponha quaisquer condições para a disponibilizar.

Tranche de crédito

No caso de o país necessitar de um volume de divisas superior à sua tranche de reservas, poderá recorrer a outras tranches de crédito. Desta vez, porém, o Fundo exigirá que o país adapte medidas de política econômica que lhe permitam gerar excedentes de divisas nas suas relações externas que sejam suficientes para pagar os empréstimos contraídos ou, melhor, recomprar a moeda nacional que tinha sido entregue para substituir as divisas utilizadas para subscrever a quota do país e que haviam sido levantadas para assegurar os pagamentos externos. É a esta prática de imposição de condições para a concessão de crédito que se chama usualmente condicionalidade. Note-se que esta não está estabelecida explicitamente nos Estatutos do Fundo. Ela é estabelecida ao abrigo da norma que exige da administração do FMI um comportamento que assegure que os recursos deste são acautelados de modo a assegurar que os países membros, caso necessitem de apoio financeiro, tenham recursos disponíveis para tomarem de empréstimo ao Fundo.

Acordo de direito de giro

Estes acordos permitem aos países o acesso a recursos distribuídos trimestralmente, mas que são libertados apenas à medida que, através do controlo de certos "critérios de execução", se confirma o cumprimento de algumas condições de gestão macroeconômica. Os empréstimos assim obtidos têm normalmente uma duração de 12-18 meses, tendo sido durante muitos anos o instrumento privilegiado de financiamento pelo Fundo. As recompras pelos países têm de ser feitas num prazo de 3-5 anos.

Serviço ampliado do Fundo (SAF)

Dadas às limitações temporais dos créditos concedidos no âmbito dos acordos anteriores,

normalmente de 12-18 meses, e tendo em consideração que um tal prazo se mostrou irrealista no caso dos empréstimos aos países em desenvolvimento, cujas economias sofriam principalmente de problemas estruturais ou, pelo menos, de médio-longo prazo, o Fundo criou uma "linha de crédito" que permite o acesso a recursos mais importantes e com prazo mais lato. É o "Serviço ampliado do Fundo". Estes empréstimos são concedidos por períodos de três anos prorrogáveis por mais um e têm por objetivo fazer em face de dificuldades de balança de pagamentos atribuíveis, em larga medida, a problemas de carácter estrutural das economias e que por isso mesmo necessitam de um período mais largo para serem ultrapassados. As verbas utilizadas devem ser devolvidas num prazo de 4 a 10 anos contadas a partir do momento do empréstimo

Serviço de financiamento compensatório e para contingências

Trata-se de uma linha de crédito destinada a fazer em face de quebras inesperadas e temporárias das receitas das exportações devidas principalmente a acontecimentos fortuitos e fora da capacidade e possibilidade de controlo dos próprios países (p.ex., uma seca, cheia, quebras inesperadas das cotações internacionais de certos produtos, etc.).

Também é utilizado para financiar aumentos inesperados dos custos com a importação de cereais essenciais à manutenção do estado alimentar da população.

Serviço de financiamento de "stocks" reguladores

Destina-se a ajudar os países a financiar as contribuições dos países membros em organizações internacionais que asseguram stocks reguladores de existências de produtos (p.ex., o café). Não se efetuam empréstimos ao abrigo desta facilidade de crédito desde 1984.

Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento

Criada em 1999 sucedeu à Facilidade Reformada para o Ajustamento Estrutural que

tinha sido criada em 1987. Este programa de financiamento foi prolongado e ampliado em 1994, ocasião em que se deixou de conceder apoio no âmbito da até então co-existente Facilidade de Ajustamento Estrutural (FAE). A FRAE ("ESAF" na sua sigla inglesa de Enhanced Structural Adjustment Facility) é hoje o principal mecanismo do Fundo para dar apoio financeiro em condições muito favoráveis aos países membros de baixo rendimento per capita com problemas graves e permanentes de déficit da balança de pagamentos.

Para se candidatar a este tipo de empréstimo, o país candidato tem de elaborar uma "carta de intenções" de que consta uma proposta de política econômica de curto-médio prazo que se propõe levar a cabo durante o período do empréstimo. Esta carta é negociada previamente com técnicos do Fundo de modo a assegurar que o programa proposto seja aprovado e o empréstimo concedido. Ao longo do período deste empréstimo o país terá de ir apresentando documentos anuais de enquadramento da sua política econômica (os "Policy Framework Papers") e em que se definem os objetivos a prosseguir, a política macroeconômica a implementar para os realizar (nomeadamente a programação temporal de algumas variáveis macroeconômicas mais importantes como são, por exemplo, a oferta de moeda e o montante do crédito à economia).

A taxa de juro praticada nestes empréstimos é de 0,5% e o seu reembolso é feito em dez pagamentos semestrais. Sendo o "período de graça" de cinco anos, estes empréstimos têm uma vida de dez anos após o momento da utilização dos primeiros recursos.

Limites de acesso ao crédito do FMI (em % da quota do país membro)	
- Acordos de direito de giro e de serviço ampliado	
Anual	100
Acumulado	300
Serviços financeiros especiais	
-Financiamento compensatório e para contingências	
Déficit de receitas de exportação	30
Excesso de custo das importações de	15

cereais	
Financiamento para contingências	30
Tranche optativa	20
Valor combinado	95
Financiamento de stocks reguladores	35
- Acordos de ajustamento estrutural (total do acesso trienal)	190

A situação econômica durante a Grande Depressão (1929-33)

Traduzida por taxas negativas de crescimento (-10%/ano entre 1929 e 1932) e elevadíssimas taxas de desemprego (15-25% na maior parte dos países industrializados da época, com 25% nos EUA), falência de bancos (cerca de 11 mil bancos americanos no período 1929-32), queda sistemática dos preços (-53% na agricultura) na (vã) tentativa de assegurar o escoamento dos produtos, queda dos níveis de confiança no funcionamento do sistema econômico e financeiro ("voaram" cerca de US\$ 2 bilhões em depósitos bancários e as cotações da Bolsa baixaram o seu valor em cerca de 80%). Uma das conseqüências desta foi a "fuga" à detenção de papel-moeda com conseqüente corrida ao ouro. Daqui adveio à incapacidade das autoridades monetárias nacionais continuarem a manter o padrão-ouro em vigor até então. Todas estas alterações levaram a que fosse cada vez mais difícil aos vários países estabelecerem a proporção carreta entre as suas moedas pelo que muitos procuraram limitar as trocas internacionais, nomeadamente como forma de protegerem os seus próprios haveres em ouro. (1) Vd DRISCOLL, David What is the International Monetary Fund, IMF, Washington-DC, 1997

Os "países fundadores" do FMI

A lista de países representados em Bretton Woods incluía: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Egito, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Irão, Iraque, Iugoslávia, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Polónia, Reino Unido, República Dominicana, União Soviética, Uruguai e Venezuela.

Como se pode verificar há uma maioria (quase 30 em 44) de países que hoje em dia se designariam por "em desenvolvimento". Os atuais membros (182) também são, na sua maioria, deste tipo e, no entanto, o desenvolvimento não é a preocupação fundamental do Fundo, sendo-o mais do Banco Mundial.

Importância da vertente monetário-financeira

Dada a natureza eminentemente monetário-financeira da atividade do Fundo, é natural que a qualidade da política econômica fosse vista fundamentalmente do lado da política monetária. Assim, "por exemplo, se o Banco Central (ex., do Brasil) decidisse expandir desnecessariamente a oferta monetária, começaria a perder as suas reservas, tornando-se incapaz de manter a taxa de câmbio fixa ao par estabelecido". Numa economia aberta, o mecanismo subjacente a este efeito era o seguinte: o aumento da oferta de moeda conduziria ao aumento dos preços e/ou à descida da taxa de juro. Isto implicava, existindo liberdade de circulação de capitais, que tenderia a haver fuga destes para o exterior, reduzindo por sua vez a oferta de moeda. Por outro lado, a procura de moeda estrangeira para aplicações no exterior implicava a subida da taxa de câmbio da(s) moeda(s) externa(s), o que equivaleria a pressões no sentido da desvalorização da moeda nacional e/ou a uma rápida diminuição das reservas em ouro ou divisas.

A composição do diretório Executivo do FMI

O diretório Executivo do Fundo é constituído por 24 membros. Oito representam países e os restantes dezesseis representam grupos de países. Os países que pela dimensão da sua quota têm direito a nomear um representante são os seguintes: Estados Unidos (17,8% da quota e dos votos; é o país com maior quota individual), Alemanha (5,54%), Japão (5,54%), França (4,98%), Reino Unido (4,98%), Arábia Saudita (3,45%), Rússia (2,9%) e China (2,28%).

Todos os restantes países são representados através de um Diretor eleito por grupos de países. Embora o principal critério de

agregação seja a proximidade geográfica, há muitas exceções à regra ditada, principalmente, por razões de proximidade lingüística ou histórica.

Portugal integra um grupo de países da Europa do Sul conjuntamente com a Itália, a Grécia, a Albânia, Malta e São Marino. Este grupo detém 4,02% dos votos. O diretor eleito por este grupo é tradicionalmente italiano.

O Brasil integra um grupo de países latino-americanos em que os de maior dimensão são a Colômbia e o Equador. O diretor é brasileiro.

Os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) integram grupos de países africanos. Cabo Verde, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe estão agrupados com países que são, na sua maioria, da África Ocidental (1,34% dos votos). Angola e Moçambique integram um vasto grupo de países da África Oriental e Austral (3,43%).

Conclusão

O FMI e o Grupo Banco Mundial, que inclui a Corporação Financeira Internacional (IFC) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), se complementam. O Fundo se preocupa com a economia de um país como um todo e com seu mercado financeiro. O Banco Mundial concentra-se principalmente no desenvolvimento do país a longo prazo e na redução dos problemas causados pela pobreza mundial. Suas atividades incluem a concessão de empréstimos para financiar projetos de infra-estrutura de países em desenvolvimento e a promoção de reformas de setores privados da economia e mudanças estruturais. O FMI não fornece ajuda financeira para setores ou projetos privados, mas fornece apoio à balança de pagamentos e reservas internacionais de um país, enquanto o país toma medidas políticas para resolver suas dificuldades.

Bibliografia

BLANCO, Sandra "The functions of the IMF and

theWorldBank"1998(<http://www.uiowa.edu/~erclog/webdex/Part%20one/One-III.html>;
26.Mai.98)

DRISCOLL, David The IMF and the World Bank: how do they differ?, IMF, Washington-DC
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/differ/differ.htm> ; 27.Ago.98

DRISCOLL, David What is the International Monetary Fund, Washington-DC, 1997
(<http://www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/what.htm> ; 4.Ago.98)

IMF Articles of agreement of the International Monetary Fund, Washington-DC
(<http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/aa04.htm> ; 4.Ago.98)

IMF IMF concessional financing through ESAF, Washington-DC, March 1998
(<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/esaf.htm> ; 17.Mar.98)

IMF IMF quotas and quota review, 1997
<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/quota.htm> ; 27.Ago.98)

IMF Special Drawing Rights: allocation and equity
(<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/sdr.htm> ; 27.Ago.97)

IMF IMF Bulletin -- Supplement on the Fund, September 1997, Washington, 1997

LANDELL-MILLS, Joslin Helping the poor: the IMF's new facilities for structural adjustment, External Relations Department, IMF, Washington-DC, 1988

www.uol.com.br

www.bancocentral.gov.com.br

www.bancodobrasil.com.br

www.ig.com.br